



# **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE**

## **ATA DA REUNIÃO**



**Data: 24-02-2022**

**ATA nº 3**

**Extraordinária**

**2021 / 2025**

### Ata 3

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, realizada nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG) sitas em Rua Marques de Pombal, 92-A.-----

Isabel Freitas, presidente do órgão, deu início à sessão, saudando os presentes e fazendo votos de que se encontrem de boa saúde. De seguida, informou estarem ausentes com falta justificada a deputada Diana Margarida Pinheiro Gregório, eleita pela Coligação Democrática Unitária (CDU), substituída nesta sessão pelo Sr. Telmo Alberto Marques Ribeiro Rodrigues, assim como a deputada Maria Fernanda Mota Esperança Pereira, eleita pela CDU que será substituída pela Sr<sup>a</sup>. Olga Maria dos Santos Gonçalves. Face à ausência por motivos profissionais da primeira secretária da Mesa, Diana Gregório, mais solicitou a presidente da Mesa ao deputado Nuno Agostinho (CDU) que assumisse as funções de segundo secretário no decorrer da sessão.-----

Durante o período destinado à intervenção do público, questionou a presidente da Mesa se algum dos presentes pretendia usar da palavra, tendo o Sr. Aires Rodrigues expressado o seu acordo com a intenção do Executivo da JFMG de adquirir a casa do Dr. Coelho “visando responder às necessidades de funcionamento, num espaço centralizado, das diferentes atividades essenciais aos fregueses, aproveitando um edifício carismático desta cidade”. Afirmou ainda, ter estado presente na “sessão do Executivo da Junta de Freguesia”, aberta ao público, sobre o projeto que pretende levar a efeito e que, segundo ele, constitui um “plano de vistas largas” e acrescentou ser “tempo de uma nova perspetiva se abrir”. De acordo com Aires Rodrigues, o projeto apresentado contribuirá para maior conforto e comodidade dos fregueses, maior eficiência dos serviços e a redução dos custos de funcionamento da autarquia, tratando-se por isso de “um passo positivo para o desenvolvimento do concelho”.-----

Pelas vinte e uma horas e vinte minutos, a presidente da Mesa deu por concluído o período de intervenção do público e prosseguiu a sessão de acordo com a ordem de trabalhos estabelecida.-----

**Aprovação da ata número dois;**-----

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a presidente da Mesa propôs a retirada deste ponto tendo em conta não ter sido possível finalizar e remeter o documento com a antecedência devida e por considerar que a aprovação desta ata deveria ter lugar

A. Agostinho

numa sessão ordinária do órgão deliberativo, tendo a proposta sido acolhida por todos os membros presentes.-----

De seguida, por ter solicitado a palavra para ponto de ordem à mesa, interveio o deputado Nuno Agostinho (CDU) considerando que o assunto que motivou a marcação desta sessão extraordinária se reveste de “extrema importância para o funcionamento da JFMG”. Segundo ele, o atual executivo da JFMG, abandonou o anterior projeto de requalificação e ampliação do edifício, surgindo agora com “uma nova solução” que passa pela “compra e recuperação da casa do Dr. Coelho”. De acordo com o deputado a questão trazida pela bancada da CDU “não se prende com esta nova proposta” mas antes com uma questão de “método e discussão neste órgão”. Fez referência ainda à comunicação remetida pela Sr<sup>a</sup>. secretária do Executivo da JFMG, datada de 27/01/2022, “sobre o que estava a ser pensado pelo Executivo como solução para a sede da JFMG”, sendo este ofício o único elemento relativo ao tema dirigido, até à data, aos membros da Assembleia de Freguesia. Acrescentou ainda que “à entrada desta assembleia, o que não sabemos não é coisa pouca”, referindo-se à ausência de documentação sobre o valor do imóvel, custo das obras perspectivadas, bem como sobre a tipologia e prazos previstos para as mesmas, considerando não terem sido “fornecidos documentos que sustentem a reflexão e tomada de posição”. Nuno Agostinho afirmou ainda: “estamos a lidar com dinheiros públicos e na gestão dos mesmos exige-se rigor. Assim, de forma a termos o rigor exigido não podemos, de boa mente, votar qualquer proposta que possa ser feita hoje” e adiantou “não passamos cheques em branco a ninguém”. Face ao exposto, propôs a retirada dos pontos 2.2 e 2.3 da ordem de trabalhos e a convocação de nova assembleia para o efeito, providenciando o Executivo da JFMG os documentos de suporte necessários à correta análise do projeto e os disponibilize atempadamente a todos os eleitos deste órgão, “não esperando que esta assembleia seja um espaço acrítico e de vazio político, para que, numa próxima sessão ordinária possamos, de forma livre e informada, votar o assunto que hoje aqui nos traz”.-----

Seguiu-se a intervenção da deputada Cristina Simões da bancada do Partido Socialista (PS) que afirmou subscrever integralmente as palavras do deputado Nuno Agostinho, por considerar não estarem reunidas condições para “votar em consciência” um assunto sobre o qual não foi remetida aos membros do órgão deliberativo qualquer informação prévia. Quanto ao imóvel em causa, formulou as seguintes questões: “não faço ideia se foi feito algum estudo de mercado, alguma avaliação, se haverá outros imóveis na Marinha Grande que possam ser melhor adaptados, não faço a mínima ideia do custo da renovação do imóvel”, acrescentado tratar-se ainda de uma “questão de educação e

respeito por todos nós que somos deputados da Assembleia de Freguesia”. De acordo com a deputada socialista, a decisão apenas poderá ser tomada quando, de forma atempada, toda a documentação estiver na posse dos deputados da Assembleia de Freguesia, concordando por isso com a proposta da CDU com vista à retirada dos pontos 2.2 e 2.3 da ordem de trabalhos.-----

De seguida, solicitou a palavra o deputado Esmeraldo Pedreiro da bancada do Movimento pelo Concelho (+MPM), expressando estar “estupefato pelas anteriores intervenções”. Segundo ele, a situação em análise é estruturante para a Marinha Grande e envolve alguma complexidade, sugerindo por isso “que pudessem aguardar pelo que a Srª presidente da JFMG tem para nos dizer” e prosseguiu assegurando que, “se no fim da intervenção da presidente da Junta entenderem a mesma coisa, sim senhora, a Assembleia é soberana” e reiterou “fiquei profundamente desapontado com essas intervenções”. Prosseguiu o deputado do +MPM afirmando: “desde que entrei para a Assembleia de Freguesia, em 2017, o meu único sentido, a minha única preocupação são os fregueses da Marinha Grande, sejam eles da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda (BE), seja quem for” e finalizou a sua intervenção dizendo que “de uma vez por todos, a requalificação de um edifício que anda a ser perseguida pelo anterior Executivo (CDU) há quase 20 anos e os resultados estão à vista, agora há uma janela de oportunidade e lamento que esta Assembleia nem sequer se predisponha a ouvir o que é essa janela que se abriu”.-----

Também a presidente da JFMG, Cristina Sousa, solicitou a palavra afirmando que “competência, rigor e respeito são aquilo que mais prezo”, lembrando em seguida que o ponto 2.2 da ordem de trabalho se destina justamente à análise do projeto e não à sua votação, não compreendendo por isso as intervenções das bancadas da CDU e do PS. Mais garantiu estar na posse de todos os documentos necessários para, nesta sessão da Assembleia de Freguesia, colocar a proposta à análise dos deputados. Contudo, afirmou deixar “à consideração [dos deputados da Assembleia de Freguesia] se querem trabalhar em prol da freguesia ou se querem simplesmente andar aqui a passar o tempo e convocar uma nova Assembleia para apresentar estes documentos”.-----

Por sua vez, a deputada Andreia Santos (BE) afirmou encontrar-se numa “encruzilhada” tendo em conta que “apesar de compreender os argumentos da Presidente da JFMG” considera o tempo de duração de uma sessão da Assembleia de Freguesia insuficiente para refletir sobre o projeto, assim como para formular e ver esclarecidas eventuais dúvidas que possam surgir. Lembrou igualmente que da proposta de ordem de trabalhos



consta a aprovação da proposta a ser apresentada pela Presidente da JFMG e que, por esse motivo, os documentos deveriam ter sido previamente analisados.-----

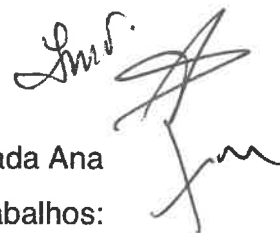
Da bancada da CDU, usou da palavra o deputado Manuel Pereira afirmando: “percebi que existem documentos mas não se lembraram que nós [membros da Assembleia de Freguesia] deveríamos ter analisado esses documentos para que hoje, aqui, pudéssemos eventualmente solicitar algumas explicações sobre eventuais dúvidas que tivéssemos e com base nisso definir o sentido de voto”. Mais destacou a importância de facultar estes elementos aos membros do órgão, particularmente tratando-se de “uma questão tão complexa e importante”, possibilitando uma apreciação coletiva do tema que só poderia ser feita tendo acesso aos documentos.-----

Já o deputado Carlos Carvalho (PS) expressou o seu acordo com a possibilidade de repensar a questão da requalificação das instalações da JFMG. Contudo, considerou que “o modo de tratar não é o mais correto”. Nesse sentido e tendo em conta a intervenção da presidente da JFMG, propôs a retirada da palavra “votação” do ponto 2.3. da ordem de trabalhos, viabilizando assim a apresentação do projeto, remetendo para uma próxima assembleia a discussão e votação do mesmo. Segundo ele, “ficaríamos só para sermos informados, sem termos de tomar qualquer decisão”. Finalmente, ressaltou que a proposta por si apresentada em nada anula a necessidade de garantir o envio atempado da documentação aos membros da Assembleia de Freguesia pelo Executivo da JFMG.---

Por sua vez Isabel Freitas (CDU) considerou ser de extrema importância que a Marinha Grande tenha uma Junta de Freguesia com instalações dignas. Porém, sublinhou não ter memória de “assembleias no passado onde se tenha aprovado algo sem a documentação própria” e acrescentou: “é um órgão político que aqui está, quer queiramos quer não, e nós temos de ter *a priori* os documentos para estudá-los”. Segundo ela, “não é por má vontade, todos temos vontade que haja uma Junta condigna mas não podemos aprovar coisas sem haver documentos previamente”.-----

Dada por encerrada a discussão, a presidente da Mesa colocou a proposta apresentada pela bancada da CDU com vista à retirada dos pontos 2.2 e 2.3 da ordem de trabalhos à votação tendo esta sido aprovada por maioria com 7 votos contra (+MPM), 1 abstenção (PS) e 11 votos a favor (CDU, BE, PSD, PS).-----

Face ao resultado da votação, a presidente da Mesa solicitou ao Executivo da JFMG que tome as diligências necessárias por forma a que numa próxima Assembleia de Freguesia o assunto possa ser devidamente apreciado, tendo sido, de imediato, interpelada pela presidente da JFMG lembrando que a proposta apresentada pelo deputado Carlos Carvalho (PS) não foi colocada à votação.-----




Na sequência da intervenção da presidente da JFMG, solicitou a palavra a deputada Ana Paula André (+MPM) prestando o seguinte esclarecimento quanto à ordem de trabalhos: “o ponto 2.2 diz respeito à análise e discussão do atual projeto de requalificação do edifício da Junta”, destacando tratar-se do projeto que nos chega do anterior Executivo e que, segundo ela, “deu ideia que ninguém o quer conhecer” e prosseguiu afirmando que, por sua vez, no ponto 2.3 pode ler-se “análise, discussão e votação - e o Carlos [Carvalho] tinha proposto retirar-se a palavra ‘votação’- da proposta de aquisição do imóvel”.-----

Prontamente solicitou a palavra a deputada Cristina Simões (PS) afirmando o seguinte: “temos aqui outro problema que é uma questão textual (...) quando li ‘atual projeto’ nunca associei que era o projeto de requalificação da Junta do anterior executivo” e acrescentou “poderia perfeitamente ser um projeto de remodelação do atual edifício com alargamento para o imóvel que pretendem adquirir”. No entendimento da deputada, “o ponto 2.2 seria para discutir a proposta e o 2.3. para proceder à sua votação”. Contudo, segundo ela, mesmo nesse contexto, “não nos foi dada nenhuma documentação” e prosseguiu questionando: “é agora em 2 horas que vou discutir um projeto que certamente não terá apenas uma página?”. Sublinhou ainda que, “quer de uma maneira, quer de outra, eu mantenho a minha opinião de que deveremos retirar os pontos porque não há documentação”. E concluiu dizendo que “para uma votação tão importante para o futuro da Marinha, continuo a considerar que temos de ter elementos. Penso que, se esses elementos existem, quer quanto ao 2.2 quer quanto ao 2.3, facilmente a Sr<sup>a</sup> presidente os reunirá e terá a amabilidade de nos enviar (...) e convocar-se-á uma reunião extraordinária com a maior brevidade possível, de maneira a que todos nós, cidadãos, possamos contribuir para a nossa Marinha Grande”.-----

De seguida, a pedido da Mesa, teve a palavra o deputado Carlos Carvalho (PS), para esclarecimento sobre a proposta por ele apresentada anteriormente com vista à alteração da ordem de trabalhos e a votação da mesma. Assim, afirmou o deputado não ver sentido em colocar a sua proposta à votação tendo em conta a aprovação da proposta apresentada pela bancada da CDU para a retirada dos dois pontos da ordem de trabalhos. Segundo ele, o resultado dessa votação anula a possibilidade por ele proposta de avançar com a apresentação dos projetos para o edifício da JFMG ainda que sem proceder à sua votação, reforçando que “a proposta da CDU ao ser aprovada anula qualquer outra”.-----

Também Nuno Agostinho (CDU) afirmou estar de acordo com a análise do deputado socialista e acrescentou: “uma assembleia extraordinária é convocada para discutir



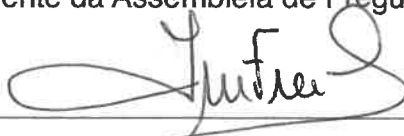
assuntos de máxima urgência e poderá ser esse o caso nesta compra da casa do Dr. Coelho o que, a confirmar-se, encara com alguma estranheza, uma vez que se trata de um imóvel que está para venda, há pelo menos, quatro anos.-----

Com relação ao esclarecimento motivado pela eleita Ana Paula André (+MPM), afirmou ainda: “no primeiro ponto falamos então de analisar o projeto atual, o único existente, apresentado por anterior Executivo da JFMG, em 2015”, recordando que, nesse contexto, a Assembleia de Freguesia resultava de uma configuração substancialmente diferente da atual, sendo que, segundo ele, “a maioria das pessoas que aqui se encontra não encontrava em 2015, muitos de nós não conhecemos aprofundadamente esse projeto”. Mais questionou a pertinência de incluir o projeto anterior na atual discussão, uma vez que parece ficar claro que a intenção do Executivo da JFMG passa pela aquisição da casa do Dr. Coelho, sendo que “essa aquisição pressupõe naturalmente um novo projeto e conseqüentemente o abate do anterior”.-----

Solicitou igualmente a palavra o deputado Esmeraldo Pedreiro (+MPM) chamando à atenção para o facto de, até à data, não estar definido que o projeto de requalificação do edifício da JFMG herdado dos anteriores Executivos tenha sido descartado, afirmando “penso que ainda ninguém disse nesta Assembleia que o projeto de requalificação do edifício da Junta é para deitar para o lixo”.-----

Finalizadas as intervenções e por nada mais haver a tratar, a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluídos os trabalhos, pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Mesa.-----

A Presidente da Assembleia de Freguesia



(Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas)

Primeira Secretária da Mesa da Assembleia



(Ana Paula Domingues Agostinho André)

Segundo Secretário da Mesa da Assembleia

  
(Nuno Miguel Batista Agostinho)